

O QUE HÁ DE NOVO SOB O SOL?

Começo com a chamada concepção sistêmica aplicada à economia. O Instituto Santa Fé, fundado em 1984 no Novo México pelo físico Murray Gell-Man, somente em 1987 começou a pesquisar coletivamente a economia como sistema complexo adaptativo, a partir de um grupo coordenado por Brian Arthur. O famoso artigo (“A economia global como processo adaptativo”) no qual John Holland apresenta as características da visão de Santa Fé é de 1987. Um dos mais sérios questionamentos à visão neoclássica dos retornos decrescentes, proposto por Brian, é de 1994 (embora tenha sido ensaiado bem antes). Já as tentativas de Steven Durlauf de criar modelos complexos para estudar a interação criativa dos agentes em face da subordinação à trajetória (*path-dependence*) adquiriram maior consistência argumentativa somente a partir da segunda metade da década de 90.

Qual a importância dessa visão sistêmica para o nosso tema? Ora, num sistema complexo adaptativo as coisas não funcionam como imaginávamos que funcionassem.

Num sistema complexo, uma intervenção isolada em uma variável de estado não inaugura necessariamente uma nova

dinâmica. Não é, por exemplo, porque distribuímos a renda (por meio de programas compensatórios) ou porque multiplicamos o número de proprietários produtivos (fundando “artificialmente” muitas micro e pequenas empresas) que a sociedade vai alcançar a prosperidade.

Ou seja, as intervenções exógenas num sistema complexo não garantem que o sistema vai se adaptar e conservar essa adaptação, rodando um novo “programa” ou andando com suas próprias pernas num novo estado (quer dizer, adquirindo uma nova qualidade caracterizada por um novo arranjo das suas variáveis de estado). Em geral, pelo contrário, o que acontece é que o sistema volta à sua dinâmica própria anterior logo que cessem as intervenções externas. Por quê?

Para entender isso é preciso entender as características de um sistema complexo. As características que John Holland elencou para a economia – descentralização, ausência de um controlador central, organização flexível (rede), adaptação contínua, novidade perpétua e dinâmica afastada do equilíbrio – também valem para outros sistemas complexos adaptativos, como a Internet, e para a própria sociedade humana sob certas condições. Vejamos, em grandes linhas, quais são tais características.

DESCENTRALIZAÇÃO

O que acontece no sistema é resultado da interação de

muitos agentes atuando em paralelo. As ações de um agente em particular serão resultado de sua expectativa em relação ao que os outros agentes irão fazer. Os agentes antecipam e co-criam o mundo à sua volta.

AUSÊNCIA DE UM CONTROLADOR CENTRAL

Não há uma entidade global que controla as interações ou que tem conhecimento da estrutura global do sistema. O controle é feito pelo processo de cooperação e competição entre os agentes e mediado pela presença de instituições e regras.

ORGANIZAÇÃO FLEXÍVEL EM REDE

O sistema tem vários níveis de organização e interação. Unidades em um certo nível – comportamentos, ações, estratégias, produtos – servem de base para a construção de unidades em níveis superiores. A organização global é mais do que hierárquica, com interações entre os diversos níveis, misturando-se e criando uma complexa rede de relacionamentos e canais de comunicação.

ADAPTAÇÃO CONTÍNUA

Comportamentos, ações, estratégias e produtos são revisados continuamente, à medida que os agentes ganham experiência – o sistema está em constante adaptação. O elemento surpresa e a chance permitem que o sistema tenha muitas soluções e aproveite novas oportunidades. Eventualmente, uma

dessas soluções será a escolhida, mas não necessariamente será a melhor.

NOVIDADE PERPÉTUA

Nichos são continuamente criados por novos mercados, novas tecnologias, novos comportamentos e novas instituições. O próprio ato de se preencher um nicho já cria novos nichos. O resultado é um sistema em que sempre aparecem novidades. Inovações são desenvolvidas, levando a produtos mais avançados que, por sua vez, demandam mais inovações.

DINÂMICA AFASTADA DO ESTADO DE EQUILÍBRIO

Como novos nichos e novas possibilidades estão sempre sendo criados, o sistema opera fora de uma situação de equilíbrio global, ou seja, sempre há espaço para melhora. Apesar de estar afastado do equilíbrio, o sistema possui regras que limitam seu comportamento, evitando que este se torne caótico durante o processo de adaptação e evolução.

Essa perspectiva inovadora não existia quando foram propostas as antigas metodologias de desenvolvimento local, e as pessoas que insistem em afirmar que o desenvolvimento local é, fundamentalmente, desenvolvimento econômico local, ao que parece, ainda não se deram conta de tais inovações.

Vejam os em seguida outras inovações, tão importantes para uma nova compreensão do processo de desenvolvimento das sociedades quanto a perspectiva sistêmica.

As teorias do capital social, embora tenham raízes tocquevillianas, só passaram a ser consideradas seriamente por economistas e *policy makers* a partir da publicação, em 1988, do famoso artigo de James Coleman, “*Social Capital in the Creation of Human Capital*”.

As investigações de Manuel Castells sobre a sociedade rede somente foram divulgadas na segunda metade da década de 90. O mesmo ocorreu com as novas teorias sobre as redes sociais. Os trabalhos sobre o chamado “efeito de mundo pequeno” em redes sociais e sobre os meios pelos quais pode-se encurtar a extensão característica de caminho entre nodos e *clusters* de nodos aparentemente isolados uns dos outros dentro de redes *peer-to-peer* (P2P), são também do finalzinho daquela década. Esta última referência é muito importante. Só há três anos reúnem-se os conhecimentos necessários para validar a intuição pioneira de Jane Jacobs, a reconhecida urbanista que, em 1961, em “*Vida e Morte das Grandes Cidades Americanas*”, disse que – em comparação com a população total – é necessário um número surpreendentemente baixo de pessoas conectadas horizontalmente para “vivificar” uma localidade. “Basta”, disse ela, “cerca de cem pessoas numa população

mil vezes maior”, desde que essas pessoas tenham tempo para se conhecer e para “investir em colaboração proveitosa”. Jacobs, diga-se de passagem, foi a primeira pessoa a utilizar a expressão “capital social” no sentido hoje atribuído ao conceito.

Isso para não falar da Internet, que, na sua forma atual (quer dizer, a partir da existência da *www*: *World Wide Web*), começou apenas em 1994, no início de 2000 já incluía 350 milhões de usuários e antes de 2007 deverá ter, no mínimo, 2 bilhões de pessoas conectadas. E para não falar de uma nova grande rede mundial que pode estar surgindo, apoiada na infra-estrutura física da Internet, porém com outra lógica de funcionamento, baseada em ligações P2P, tornando impossível o controle por parte de qualquer tipo de *mainframe* – o que trará importantíssimas conseqüências políticas.

As mudanças introduzidas por essas redes que conectam horizontalmente pessoas com pessoas em tempo real estão alterando a economia e as relações entre economia, cultura e sociedade e vão alterar, sobretudo, as relações políticas. As relações entre os diferentes fatores do desenvolvimento estão sendo, pois, radicalmente modificadas.

**ORA, PENSAR DESENVOLVIMENTO LOCAL
EM UM MUNDO COMO ESSE
NÃO PODE SER A MESMA COISA QUE
PENSÁ-LO EM UM MUNDO ANTES DESSE**

O argumento de que a globalização deixa de fora a maior parte das atividades econômicas e que, nas territorialidades não atingidas pela globalização, vale aplicar um determinado tipo de estratégia de indução ao desenvolvimento que estabeleça uma dinâmica própria, imune àquela puxada pelos setores de vanguarda, não é um argumento que se sustente diante da existência das redes que têm capacidade de conectar seus nodos em tempo real. Para que um conjunto isolado deixe de sê-lo basta que 1% de seus elementos tenha ligações de longo alcance, como mostraram recentemente D. J. Watts e S. H. Strogatz (1998) em "*Collective Dynamics of 'Small-World' Networks*" (*Nature*, 393), confirmando, de certa forma, a premonição de Jane Jacobs mencionada antes.

Há os que, não obstante, insistem em analisar as coisas a partir de um prisma fundamentalmente econômico, argumentando agora a partir da mudança do padrão produtivo para justificar o primado da economia e manter a velha visão.

Me parece, no entanto, que a questão central não está na estruturação ou na reestruturação produtiva, em saber como funcionam as coisas, por exemplo, no fordismo ou no pós-fordismo, na sociedade industrial ou pós-industrial, mas no tipo de sociedade que permite a replicação de um certo padrão de relações entre os fatores do desenvolvimento.

A questão central não está na estrutura e no funcionamento da economia, mas na morfologia e na dinâmica da sociedade. A economia é uma das regulações emanadas da sociedade, que diz respeito às relações que os humanos estabelecem entre si em função dos recursos, sobretudo às relações entre abundância e escassez. Todavia, existem outras regulações sociais que não derivam da economia, como, para citar um exemplo óbvio, as regulações políticas democráticas.

(Seria necessário argumentar mais extensamente para justificar tais afirmativas, mas isso não cabe aqui. De todo modo, os novos argumentos devem ser construídos com duas premissas que contrariam a visão econômica tradicional, a saber: ‘modo de desenvolvimento’ não é igual a ‘modo de produção’; e, é a sociedade que condiciona o comportamento da economia e não o contrário.)

O que tudo isso significa? Significa, voltando ao nosso tema, que não se trata mesmo de desenvolvimento econômico local, a não ser enquanto se trate, simultaneamente, de

desenvolvimento social local, de desenvolvimento ambiental e físico-territorial local, de desenvolvimento cultural local, de desenvolvimento político-institucional local e de desenvolvimento científico-tecnológico local.

Querer resumir tudo isso a desenvolvimento econômico local só se justifica com base na crença de que o desenvolvimento econômico acarreta o desenvolvimento de todas essas outras dimensões. Penso que alguém precisa estar muito possuído pelo mito do primado do econômico para deixar-se impregnar por essa crença. De certo modo todos o estamos, em alguma medida. Trata-se de um discurso que vem sendo repetido *ad nauseam* desde o século 19, que veicula uma interpretação decorrente de um olhar, ideológico *stricto sensu*, que quer transformar um objeto particular (no caso, um fator ou variável do desenvolvimento) em único e universal objeto.

Em termos práticos, essas considerações têm alguma incidência? Creio que sim. Por exemplo, quem quiser promover o desenvolvimento e, para isso, agir constantemente apenas fomentando o surgimento de empresas, decerto não conseguirá realizar o seu intento. As empresas fomentadas morrerão. Na maior parte dos casos, em 60% a 80% dos casos, serão abatidas em tenra idade, antes de completar dois anos. As causas desses números alarmantes de mortalidade empresarial na infância, em sua imensa maioria, são os níveis

insuficientes de capital humano e de capital social presentes nos ambientes interno e externo dessas empresas. Ou seja, existem outros fatores de desenvolvimento que não são afetados por decorrência de investimento econômico.

Além disso, desconfio que o propalado sucesso de algumas experiências de “inchamento” de capital empresarial, por assim dizer, acabarão revelando seus limites. A partir de certo limite, o aumento de iniciativas empresariais, além de acelerar a destruição de capital natural, pode levar a desinvestimentos em capital humano e em capital social.

Quero dizer que Verona pode não ser aquela maravilha de exemplo para o mundo. Que a insustentabilidade do modelo vênето pode, quem sabe, acabar se revelando, mais cedo ou mais tarde, à medida que os jovens preferam parar de estudar para montar sua própria empresa (reduzindo o estoque de capital humano), que a existência de uma empresa por família acabe vincando a sociedade, na sua base, por uma cultura competitiva e adversarial que destruirá o ambiente cooperativo (reduzindo o estoque de capital social) necessário para sustentar as atividades produtivas.

Qual o limite? Todo mundo deve ser empresário? Qual o valor ótimo do capital empresarial? Qual o limite da renda sustentável (aquele a partir do qual o sobreconsumo e o lixo decorrente estariam além da capacidade de reciclagem

da sociedade)? Não sabemos e não podemos saber de antemão. Porque esses limites dos fatores de desenvolvimento são próprios de cada sistema, flutuam em torno de valores ótimos em cada sistema, uma vez que dependem de cada constelação particular de outros fatores que seja capaz de conservar a sua adaptação e, assim, manter a estabilidade do sistema social afastado do estado de equilíbrio.

Portanto, a única intervenção sistêmica produtiva num sistema complexo é aquela que opera sobre os modos de regulação do sistema como um todo e não sobre um ou outro fator ou variável do desenvolvimento isoladamente.

As teorias da complexidade nos dizem que para introduzir mudanças em um sistema social é necessário induzir mudanças no comportamento dos agentes do sistema que interagem em termos de competição e colaboração. E isso, como já foi dito neste livro – mas não custa repetir –, só pode ser feito pela mudança das relações que se reproduzem na sociedade, pelas quais os papéis sociais são distribuídos de uma determinada forma. A única maneira de intervir nesse sistema complexo é intervindo nos padrões de organização e nos modos de regulação por meio dos quais os papéis sociais são distribuídos e os comportamentos dos agentes são reproduzidos. Ora, isso tem um nome: chama-se política.

Não custa repetir. Por isso se diz que o desenvolvimento é uma questão política. Porque a política é um modo de regular o entrelaço de opiniões e interesses que determina a configuração de um sistema social como sistema de agentes que interagem em termos de competição e colaboração. Se esse modo não for alterado, não há mudança de comportamento coletivo, não há mudança de papéis e não há mudança na composição, na quantidade ou na qualidade do que chamamos de capital humano e de capital social – este último, sobretudo, um conceito essencialmente político. Ora, se não houver alteração do capital humano e do capital social, não pode haver desenvolvimento, de vez que todo desenvolvimento é desenvolvimento social.

POR QUE O DLIS É DIFERENTE

Do ponto de vista operacional o DLIS é uma estratégia de indução ao desenvolvimento que prevê a adoção de uma metodologia participativa, pela qual mobilizam-se recursos da Sociedade Civil, em parceria com o Estado (com os três níveis de governo) e com o Mercado, para a realização de diagnósticos da situação de cada localidade, a identificação de potencialidades, a escolha de vocações e a confecção de planos integrados de desenvolvimento.

A hipótese estratégica do DLIS é a seguinte. Considerando distritos, municípios e microrregiões, o Brasil tem milhares de localidades onde é possível implantar um processo de desenvolvimento local. Se, em um número considerável dessas localidades, houver um processo em curso de DLIS, todo o território nacional será coberto por uma rede de iniciativas capaz de promover o desenvolvimento humano e social sustentável do País.

Não é necessário, entretanto, cobrir de uma vez todo o território. Se tais iniciativas estiverem conectadas em rede, basta que, em cada microrregião, haja um processo bem sucedido de DLIS para induzir processos semelhantes na

sua vizinhança, “contaminando” positivamente as demais localidades.

Isso, todavia, não poderá ser feito pela execução centralizada de um plano nacional, nem unicamente a partir de um poder federal ou estadual. O desenvolvimento local é local mesmo, quer dizer, deve contar com recursos endógenos, disponibilizados e alavancados pelas próprias comunidades locais. Além disso, cada processo de desenvolvimento local é único, singular, não-replicável automaticamente e representa a afirmação de uma identidade própria, que é local.

Todavia, instituições de âmbito estadual, regional ou nacional podem implementar estratégias de indução ao desenvolvimento local, adotando localidades com o fito de nelas promover o DLIS.

Esse processo de implantação do DLIS deve ser feito em estreita parceria com a comunidade local, com os governos locais, com as empresas locais e com as organizações da sociedade civil que existem nas localidades. Porque o Estado, sozinho, não é capaz de dar conta dessa tarefa: quer pela inadequação da sua estrutura – desenhada para a oferta de programas fechados e centralizados, e não para promover a adequação da oferta de incentivos e serviços às diferentes demandas locais; quer pela falta de recursos (ou pela sua inadequada distribuição orçamentária); quer

pela falta de capilaridade; quer, ainda, pela natureza clientelista e assistencialista de boa parte de suas políticas. Faz-se necessária a entrada de novos atores em cena, que, em parceria com o Estado, poderão gerar inovações, introduzir novas competências e assumir novas responsabilidades.

Na transição civilizatória que estamos vivendo, a responsabilidade com o desenvolvimento do País e, portanto, com o desenvolvimento de suas localidades não cabe apenas ao Estado, muito menos apenas aos governos de qualquer nível. Considerando que todo desenvolvimento é desenvolvimento social, faz parte da responsabilidade social das empresas e das organizações do terceiro setor induzir e promover o desenvolvimento. E pode-se dizer que, assim como todo cidadão é responsável pelo desenvolvimento da localidade onde vive, toda empresa ou organização também é responsável pelo desenvolvimento no âmbito em que atua.

Ora, isso não pode ser decretado por governos, não pode ser uma tarefa imposta, mas deve ser feito voluntariamente, a partir da livre iniciativa dos diversos setores (governamentais, empresariais e sociais) que compõem a sociedade. O máximo que o Estado pode fazer nesse sentido – além de se engajar no esforço, como vem fazendo no Brasil o Governo Federal desde 1999, com o Programa Comunidade

Ativa – é criar ambientes legais e institucionais favoráveis que incentivem o surgimento de tais iniciativas (1).

Existem várias metodologias de DLIS. Basicamente, porém, qualquer estratégia de indução ao desenvolvimento local integrado e sustentável compreende os seguintes passos iniciais:

- 1) Cada localidade faz um diagnóstico participativo para conhecer sua realidade, identificar seus problemas e descobrir suas vocações e potencialidades.
- 2) A partir deste diagnóstico, é feito, também de modo participativo, um plano de desenvolvimento.
- 3) Desse plano é extraída uma agenda com ações prioritárias que deverão ser executadas por vários parceiros: governo federal, governo estadual, prefeitura, organizações da sociedade civil.
- 4) Tudo isso é organizado por um fórum democrático, formado por lideranças locais.
- 5) Essas lideranças locais participam de um processo de capacitação para a gestão local do seu processo de desenvolvimento.

Diagnóstico, plano de desenvolvimento e capacitação para a gestão local desse plano constituem passos básicos de qualquer programa de desenvolvimento local. No entanto, a nova estratégia do DLIS que começa a ser ensaiada, no

Brasil, a partir da experiência de programas inovadores, como o Comunidade Ativa (coordenada pela Secretaria Executiva do Comunidade Solidária da Casa Civil da Presidência da República, em parceria com o Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), prevê mais alguns elementos, como a elaboração de uma agenda local de prioridades, a negociação dessa agenda e a celebração de um pacto de desenvolvimento em cada localidade (1).

Além disso, o DLIS – como um programa inovador, por natureza sempre inacabado e, portanto, aberto a modificações – vem incorporando em sua metodologia novas ações que fazem a diferença. A primeira e talvez a mais importante das inovações que já surgiram é a capacitação para a gestão empreendedora comunitária do processo de desenvolvimento local. O desafio aqui é o de ter, em cada localidade onde está ocorrendo um processo de desenvolvimento local, pessoas de governo e líderes da sociedade local capacitados para exercer uma gestão empreendedora dos assuntos públicos e dos negócios privados. E de ter, em cada uma dessas mesmas localidades, um grupo de pessoas, formalizado institucionalmente, capaz de tomar iniciativas, assumir responsabilidades e alavancar recursos da própria sociedade para, em parceria com o Estado, realizar projetos inovadores de desenvolvimento social (2).

A segunda inovação que merece destaque é a ampliação dos elos da rede de desenvolvimento comunitário dentro de cada localidade. Cada fórum local, agrupando entre 0,03% e 0,1% dos habitantes da localidade, constitui apenas um núcleo da rede de desenvolvimento comunitário. O desafio é expandir esse núcleo inicial, chegando a conectar, pelo menos, 1% dos habitantes. Isso significa decuplicar o número dos agentes, dos atores protagonistas do desenvolvimento local, enredando-os num segundo círculo, numa segunda “onda” – se tomarmos a imagem da propagação das ondas provocadas, por exemplo, pela perturbação causada por uma pedra atirada na superfície de um lago. Algumas evidências empíricas e alguns estudos de teoria dos grafos em redes *peer-to-peer* reforçam a hipótese de que 1% das pessoas de uma localidade conectadas em rede pode fazer a diferença, sendo capaz de encurtar drasticamente a chamada ‘extensão característica de caminho’ da sociedade local e permitindo que uma mensagem, emitida de qualquer parte, possa se propagar com grande rapidez para todos os habitantes. Ou seja, para continuar trabalhando com a nossa imagem da pedra atirada no lago, a terceira “onda” já representaria um salto capaz de afetar a comunidade inteira. Esta é, por certo, apenas uma hipótese, mas que já começa a ser testada como uma inovação dentro da metodologia do DLIS.

A terceira inovação, que também está surgindo agora, é a microrregionalização das experiências e a sua articulação em uma rede nacional de iniciativas, em uma espécie de “sociedade do desenvolvimento”. O desafio, aqui, é *linkar* as comunidades locais pela Internet, transformando-as em verdadeiras telecomunidades da nova era da informação e do conhecimento, formando uma grande rede, com capilaridade em todo o território nacional, constituída de nodos capazes de interagir em tempo real.

Por meio dessa grande rede, cada coletivo local poderá saber notícias de outros lugares, trocar informações e planejar ações conjuntas, aumentando a sua força para propor mudanças importantes nas políticas públicas, para negociar com governos e agências de desenvolvimento, enfim, para compor um novo ator público de peso no Brasil. Supõe-se que as mesmas considerações feitas para as redes locais deveriam valer, *mutatis mutandis*, para a rede nacional. Mas isso ainda precisa ser demonstrado.

Todas as diferenças, em termos de passos metodológicos e inovações, já apontadas, não são suficientes para dizer em que o DLIS, como estratégia, se diferencia de estratégias mais antigas de promoção do desenvolvimento econômico local.

A diferença essencial, como já foi dito neste texto, não é de natureza metodológica. A diferença é que o DLIS – como tecnologia social inovadora de investimento em capital social – é um programa político, essencialmente político. O que o DLIS “faz”? Incentiva a participação dos atores locais na esfera pública, estimula a cooperação e a conexão horizontal entre as pessoas e democratiza procedimentos e processos decisórios. Ao fazer isso, contribui para quebrar, pela base, o elo inferior mais extremo da cadeia clientelista que extermina capital social. Só isso – ou tudo isso – contribui para liberar as energias empreendedoras, coletivas e individuais. Temos razões para acreditar que o restante – novas iniciativas empresariais, governamentais e sociais – vem daí, da vontade das pessoas de fazer, da confiança de que vai dar certo. Trata-se, por certo, de uma aposta. É a nossa aposta. A aposta na criação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento.

Isso quer dizer que não apostamos na capacidade de promover tal ambiente favorável ao desenvolvimento a partir de dinâmicas intra-econômicas ou a partir da intervenção estatal num velho padrão de oferta.

Como projeto político de desenvolvimento comunitário, a idéia-força do DLIS é a de que qualquer município pode ser o lugar mais desenvolvido do mundo. Porque o lugar mais desenvolvido do mundo é aquele melhor lugar do

mundo para se viver. Mas, como ninguém vive sozinho, o melhor lugar do mundo tem de ser também o melhor lugar do mundo para se conviver. Ora, conviver é viver em comunidade. Logo, o melhor lugar do mundo é aquele que tem a comunidade mais desenvolvida do mundo.

Mas comunidade desenvolvida não é todo mundo estar abastado, super-rico, jogando lixo na rua. Cidade desenvolvida não é cidade grande, mas cidade boa. Comunidade desenvolvida não é, necessariamente, aquela que vive numa metrópole, com muitos prédios, com muitas armas. País desenvolvido é aquele cuja população tem bem-estar e não aquele cujos habitantes vivem o tempo todo preocupados em se defender dos seus vizinhos, temendo pelo futuro de seus filhos. Desenvolvimento, afinal, é um movimento de mudança para melhorar a vida das pessoas, de todas as pessoas, das que estão vivas hoje e das que viverão amanhã, e não para modificar as disposições físicas do mundo, para construir e transformar artefatos e equipamentos (a não ser à medida que isso acarrete uma melhoria da vida das pessoas, mas de todas as pessoas, no presente e no futuro).

No entanto, como já dissemos aqui, cada comunidade tem de encontrar o seu próprio jeito de se desenvolver. O jeito que Milão, no norte da Itália, encontrou para se desenvolver não vale para Salerno, no sul da Itália. Desenvolvimento é um movimento pelo qual determinada comunidade consegue

afirmar sua própria identidade coletiva. O desenvolvimento é sempre o aparecimento do que não existe, é uma fórmula nova, que cada localidade deve encontrar para se expressar no mundo. Mas é preciso que as pessoas aprovelem isso, tenham orgulho de pertencer àquela comunidade e gostem de viver ali.

Se, de repente, uma cidade constrói muitos prédios, ganha um hospital, asfalta todas as suas ruas, mas as pessoas não têm bem-estar, não estão contentes em morar lá, estão infelizes – então é sinal de que a cidade está crescendo, mas a comunidade não está se desenvolvendo.

Ao meu ver, devemos partir da premissa de que uma comunidade só não se desenvolve – no particularíssimo sentido em que o conceito de desenvolvimento está sendo empregado aqui – se houver algo que impeça tal desenvolvimento. Ora, esses impedimentos são, fundamentalmente, de natureza política.